

PROCESSO: 111500-81.2008.5.24.7 (RO) – Pleno

JUIZ RELATOR: ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO: DO/MS Nº 652 de 27/10/2009

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RECOLHIMENTO DO FGTS - POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI N. 7.347/1985. A ação civil pública é meio hábil para veicular pretensão relativa ao recolhimento do FGTS, haja vista que a restrição expressa no parágrafo único do art. 1º da Lei n. 7.347/1985 colide frontalmente com o art. 129, III, da Constituição Federal ao nominar, dentre as atribuições do Ministério Público - instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado -, a promoção da **ação civil pública** para proteção dos interesses difusos e coletivos. Não cabe, portanto, à legislação infraconstitucional mitigar o alcance de norma constitucional. Recurso provido.